

# SEFAZ-PE

**Cargo -**

Auditor: Fiscal



**Editais verticalizados**

Secretaria da Fazenda do  
Estado do Pernambuco

# CONHECIMENTOS GERAIS - DISCIPLINAS DA PROVA 1 (P1)

## LÍNGUA PORTUGUESA

Domínio da ortografia oficial.

Emprego da acentuação gráfica.

Emprego dos sinais de pontuação.

Emprego do sinal indicativo de crase.

Flexão nominal e verbal.

Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação.

Domínio dos mecanismos de coesão textual.

Emprego de tempos e modos verbais.

Vozes do verbo.

Concordância nominal e verbal.

Regência nominal e verbal.

Morfossintaxe.

Redação (confronto e reconhecimento de frases corretas e incorretas).

Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.

Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.

Figuras de linguagem.

Discurso direto, indireto e indireto livre.

Adequação da linguagem ao tipo de documento.

## RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações.

Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos.

Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas.

Números inteiros e racionais: operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação); expressões numéricas; múltiplos e divisores de números naturais; problemas.

Frações e operações com frações.

Números e grandezas proporcionais: razões e proporções; divisão em partes proporcionais;

regra de três;

porcentagem e problemas envolvendo regra de três simples, cálculos de porcentagem, acréscimos e descontos.

## **ESTATÍSTICA**

Estatística Descritiva: gráficos, tabelas, medidas de posição e de variabilidade.

Espaço amostral e probabilidades: conceitos e axiomas.

Distribuições de probabilidades discretas e contínuas (Bernoulli, Binomial, Poisson, Normal, Quiquadrado e T-Student).

Amostragem: amostras casuais e não casuais.

Processos de amostragem, incluindo estimativas de parâmetros.

Inferência: intervalos de confiança.

Testes de hipóteses para médias e proporções.

Correlação e Regressão Linear simples.

## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

Conceitos de teoria do Estado. Princípios do Estado Democrático de Direito.

Conceito e tipos de constituição.

Interpretação do texto constitucional.

Norma constitucional.

Poder constituinte originário e derivado.

Controle de constitucionalidade. Ação declaratória de constitucionalidade. Ação direta de inconstitucionalidade. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão. Arguição de

descumprimento de preceito fundamental. Representação de Inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça.

Princípios fundamentais. Direitos e Deveres individuais e coletivos. Habeas corpus. Mandado de segurança. Direito de petição. Mandado de injunção. Ação popular. Ação civil pública. Habeas data. Direitos sociais. Nacionalidade. Direitos políticos.

Organização do Estado: Organização Político-Administrativa; União; Estados; Distrito Federal e Municípios. O federalismo no Brasil.

Intervenção nos Estados e Municípios.

Administração pública, disposições gerais e servidores públicos civis. Sistemas de governo.

Poder Legislativo,

Poder Executivo e

Poder Judiciário.

Processo legislativo.

Ministério Público e demais funções essenciais à justiça.

Sistema Tributário Nacional. Repartição de receitas tributárias.

Orçamento e Finanças Públicas. Princípios gerais da atividade econômica e financeira.

Ordem social.

Constituição do Estado de Pernambuco.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

Princípios de Direito Administrativo.

Atos Administrativos. Poderes administrativos.

Organização Administrativa. Administração Direta e Indireta.

Contratos Administrativos. Licitações. Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

Lei nº 8.666/1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Lei nº 10.520/2002 e demais disposições normativas relativas ao pregão.

Lei nº 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.

Regime Diferenciado de Contratações Públicas.

Parcerias Voluntárias:

Lei nº 13.019/2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação.

Processo administrativo.

Agentes Públicos.

Intervenção do Estado sobre a propriedade privada.

Bens públicos.

Serviços Públicos.

Entidades do Terceiro Setor.

Responsabilidade Civil do Estado.

Controle da Administração Pública.

Tribunais de Contas.

Improbidade Administrativa.

Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

Intervenção do Estado no Domínio Econômico. Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Lei nº 12.527/2011 (Lei de acesso à informação).

## **DIREITO EMPRESARIAL**

Do Direito da Empresa:

Da distinção entre sociedade empresária e não empresária.

Do conceito de Empresa.

Do Empresário. Da caracterização e da inscrição. Da Capacidade.

Do Empresário Rural.

Da Sociedade: Disposições Gerais.

Desconsideração da personalidade jurídica da sociedade empresária.

Da sociedade não personificada:

Da sociedade em Comum.

Da Sociedade em Conta de Participação.

Da Sociedade Personificada:

Da Sociedade Simples.

Da Sociedade em Nome Coletivo.

Da Sociedade em Comandita Simples.

Da Sociedade Limitada.

Da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada. Lei nº 6.404/1976, que dispõe sobre as Sociedades por Ações: da Sociedade Anônima e da Sociedade em Comandita por Ações.

Da Sociedade Cooperativa.

Das Sociedades Coligadas e Controladas.

Da Dissolução, Liquidação e Extinção da Sociedade. Da Transformação, Da Incorporação, Da Fusão e Da Cisão das Sociedades.

Da Sociedade pendente de Autorização. Do estabelecimento: Disposições Gerais.

Dos Institutos Complementares: Do Registro Empresarial e das Juntas Comerciais.

Do Nome Empresarial.

Dos Prepostos.

Da Escrituração.

Lei Complementar nº 123/2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte: do Microempreendedor Individual, do Pequeno Empresário e da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Teoria dos títulos de crédito e institutos cambiários: saque ou emissão, aceite, endosso e aval. Protesto.

Nota promissória. Duplicata e duplicata escritural.

Lei nº 11.101/2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.

Parcelamento de débitos de devedor em recuperação judicial.

## **DIREITO PENAL**

Lei Penal. Aplicação da lei penal no tempo e no espaço.

Crime: conceito; elementos; relação de causalidade; tipo e tipicidade; antijuridicidade; culpabilidade; dolo e culpa; excludentes da culpabilidade; extinção da punibilidade.

Dos Crimes contra a Administração Pública.

Conceito e classificação. Extensão penal do conceito de Administração Pública.

Decreto-Lei nº 2.848/1940 - Código Penal.

Lei nº 8.137/1990, que define crimes contra a ordem tributária.

## **DIREITO CIVIL**

Lei: Vigência. Aplicação e conflitos da lei no tempo e no espaço.

Integração e interpretação.

Princípios jurídicos.

Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

Das Pessoas Naturais: Da personalidade e da capacidade. Dos direitos de personalidade.

Das Pessoas Jurídicas: Disposições Gerais.

Do Domicílio.

Dos Bens.

Dos Fatos Jurídicos:

Do Negócio Jurídico.

Dos Atos Jurídicos Lícitos.

Dos Atos Ilícitos.

Da Prescrição e Da Decadência.

Da Doação.

Dos Atos Unilaterais.

Da Responsabilidade Civil.

Do Direito Das Coisas.

Do Direito de Família:

Do Direito Patrimonial.

Do Direito Das Sucessões.

## **CONTABILIDADE GERAL**

Conceito, objeto, objetivos, campo de atuação e usuários da informação contábil.

Estrutura Conceitual da Contabilidade de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 00.

Apuração dos resultados.

Regime de caixa e regime de competência.

Componentes Patrimoniais: Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido.

Fatos Contábeis e Respectivas

Variações Patrimoniais.

Pronunciamentos Técnicos do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis).

Demonstrações Contábeis - Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Resultado Abrangente,

Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado,

Obrigatoriedade e apresentação, conteúdo dos Grupos e Subgrupos, classificação das Contas, critérios de Avaliação e Levantamento de acordo com a Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações) modificada pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009 e com os pronunciamentos técnicos do CPC.

Demonstrações Consolidadas.

Investimento em controlada e coligada.

Redução ao valor recuperável.

Ativo Imobilizado.

Ativo Intangível.

Avaliação e contabilização de itens patrimoniais.

Notas Explicativas.

Provisões, depreciações, amortizações e exaustão: cálculos e contabilização, apresentação no balanço e efeitos no resultado do exercício.

Estoques: tipos de inventários, critérios e métodos de avaliação.

Apuração do custo das mercadorias vendidas.

Tratamento contábil dos tributos incidentes em operações de compras e vendas.

## **CONTABILIDADE DE CUSTOS**

Conceito, nomenclaturas aplicáveis à contabilidade de custos, classificação dos custos e despesas, sistemas de custeio, formas de produção, métodos de custeio e sistemas de controle de custo.

Custeio por absorção e custeio variável.

Custeio e controle dos materiais diretos.

Custeio, controle, tratamento contábil da mão de obra direta e indireta.

Custeio, tratamento contábil e custos indiretos de fabricação.



Critérios de rateio.

Custeio por ordem e por processo.

Custos e custeio da produção conjunta.

Coprodutos, subprodutos e sucatas: conceito, cálculo e tratamento contábil.

Margem de contribuição.

Análise das relações custo/volume/lucro.

O ponto de equilíbrio contábil, econômico e financeiro.

Custeio baseado em atividades. ABC - ActivityBasedCosting.

## TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Banco de Dados: Conceito de Sistemas Gerenciadores de Banco de Dados (SGBD);

Modelo relacional de dados; Modelo Entidade Relacionamento:

Entidades, Atributos, Relacionamentos e Cardinalidade; Conceitos de tabelas, views, chaves primárias e estrangeiras.

Noções básicas de linguagem SQL e PL/SQL: DML - Data ManipulationLanguage; Consultas, Cláusula WHERE,

Operadores Condicionais: Lógicos, LIKE e NOT LIKE, IN e NOT IN; Ordenação; Agrupamento; Junções (JOINS); Noções básicas de PostgreSQL 13; Oracle 19; Conceitos de Data Warehousing; DataMining;

Conceitos de Big Data; Business Intelligence. EFD ICMS/IPI e NF-e: Conhecimento básico da estrutura da EFD ICMS/IPI (Guia Prático EFD ICMS IPI - v. 3.1.0) e do arquivo XML da NF-e (Manual de Orientação do Contribuinte – NFe – Versão 7.0);

Noções de relacionamento entre registros da EFD ICMS/IPI e da NFe; EFD Registros 0000, 0150, 0200, 0220, C100, C170, C176, C195, C197, C400, C405, C420, C425; registros dos Blocos E, H; Grupos de informações da NF-e: B, C, D, H, I, M, N e W.

Ambiente Web: Web Services; Conceitos, utilização e escrita XML - criação e declaração, definições de elementos e atributos; Definição e utilização de XML Schema; Portais corporativos e colaborativos.

Governança de TI (COBIT 2019) e serviços (ITIL V4): conceitos básicos, estrutura e objetivos.

Engenharia de software: Ciclo de vida do software; Metodologias de desenvolvimento de software; Engenharia de requisitos;  
 Métricas e estimativas de software: Análise por pontos de função; Qualidade de software; CMMI v2.0, MPS.BR 2021;  
 Gerenciamento eletrônico de documentos.  
 Segurança da informação: Noções de Criptografia, Assinatura Digital, Certificação Digital e Autenticação; Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).

## **ECONOMIA**

Conceitos fundamentais: O problema econômico.  
 Bens econômicos.  
 Escassez e escolha. Alocação de recursos. A tecnologia.  
 Microeconomia: Teoria do consumidor. A teoria da produção. Elasticidades.  
 Estruturas de mercado.  
 Falhas do mercado.  
 Bens públicos, semipúblicos e privados.  
 Teoria do bem-estar social.  
 Governo e externalidades.  
 Problemas e modelos para a questão ambiental.  
 Macroeconomia: Contas nacionais. Contas nacionais no Brasil.  
 Teoria de determinação da renda. Modelo IS-LM.  
 Taxa de câmbio e taxa de juro. Oferta e demanda de moeda.  
 Criação e destruição de base monetária e meios de pagamento; Teorias de inflação e desemprego.  
 Políticas fiscal, monetária, cambial e de rendas. Impacto de impostos sobre o equilíbrio de mercado.  
 Política comercial.  
 Crescimento e desenvolvimento econômico.  
 O sistema financeiro nacional.  
 Economia do Setor Público: A ação econômica do setor público; financiamento das atividades públicas; impacto da carga tributária na atividade econômica e na distribuição

de renda; impostos regressivos e progressivos; impostos sobre consumo em cascata e sobre valor adicionado.

Orçamento público e sua administração no Brasil.

Plano Plurianual;

Lei de Diretrizes Orçamentárias;

Lei Orçamentária Anual; Lei de Responsabilidade Fiscal;

Princípios de tributação.

Os Tributos no Brasil. Déficit e dívida pública.

Conceitos acima e abaixo da linha.

Conceitos nominal e operacional de resultado e resultado primário.

Economia Internacional.

Estrutura do balanço de pagamentos.

Evolução do balanço de pagamentos no Brasil.

Regimes cambiais.

Política cambial.

Teoria e políticas do comércio internacional.

Termos de troca, poder de compra das exportações e capacidade de importar; os regimes cambiais;

Organismos Internacionais. Economia brasileira contemporânea:

A experiência brasileira de estabilização desde o milagre econômico.

## **FINANÇAS PÚBLICAS**

Orçamento Público: conceitos, princípios orçamentários e características do orçamento tradicional, do orçamento de base zero, do orçamento de desempenho e do orçamento-programa. Política fiscal e equilíbrio orçamentário. Conceito de déficit público:

a dívida pública no Brasil (causas, consequências e evolução recente). Pacto Federativo e as políticas públicas. Repartição de receitas

tributárias. Federalismo fiscal: políticas e critérios de distribuição de receitas e encargos entre as esferas do governo. Instrumentos de

Planejamento: Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA. Classificação e execução

da receita e da despesa orçamentária brasileira. Estágios da Receita e da Despesa Orçamentária. Fundos especiais de despesa. Estrutura programática adotada no setor público brasileiro. Ciclo Orçamentário. Créditos Adicionais. Programação Orçamentária e Financeira. Descentralização de Créditos Orçamentários e Recursos Financeiros. Elaboração da Programação Financeira. Contingenciamento. Limite de Empenho e de Movimentação Financeira. Lei de Responsabilidade Fiscal: princípios, objetivos e efeitos no planejamento e no processo orçamentário, regra de ouro. Anexo de Metas Fiscais. Anexo de Riscos Fiscais. Resultado Nominal, Resultado Primário, Receita Corrente Líquida. Renúncia de receita. Geração da Despesa e Despesa Obrigatória de Caráter Continuado. Vedações. Instrumentos de transparência. Limites Constitucionais e legais: Educação, Saúde, Pessoal, Dívida e Operações de Crédito, Garantias. Transferências Voluntárias.

## **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - DISCIPLINAS DA PROVA 2 (P2)**

### **DIREITO TRIBUTÁRIO**

Sistema Tributário Nacional na Constituição Federal. Dos Princípios Gerais. Espécies tributárias na Constituição: impostos, taxas, empréstimos compulsórios, contribuições.

Das Limitações do Poder de Tributar.

Princípios constitucionais tributários. Imunidades.

Dos Impostos da União.

Dos Impostos dos Estados e do Distrito Federal.

Dos Impostos dos Municípios.

Da Repartição das Receitas Tributárias.

Código Tributário Nacional - Sistema Tributário Nacional no CTN. Disposições Gerais.

Competência Tributária: Disposições Gerais;

Limitações da Competência Tributária: Disposições Gerais, Disposições Especiais.

Impostos: definição - Disposições Gerais. Taxas.

Contribuição de Melhoria.

Normas Gerais de Direito Tributário.

Legislação Tributária: Disposições Gerais: disposição preliminar; leis, tratados e Convenções Internacionais e Decretos; Normas Complementares.

Vigência da Legislação Tributária.

Aplicação da Legislação Tributária.

Interpretação e Integração da Legislação Tributária.

Obrigação Tributária: Disposições Gerais, Fato Gerador, Sujeito Ativo.

Sujeito Passivo: disposições gerais, solidariedade, capacidade tributária, domicílio tributário.

Responsabilidade Tributária: disposição geral, responsabilidade dos sucessores, responsabilidade de terceiros, responsabilidade por infrações.

Crédito Tributário: Disposições Gerais.

Constituição de Crédito Tributário: lançamento, modalidades de lançamento.

Suspensão da exigibilidade do Crédito Tributário.

Extinção do Crédito Tributário: modalidades de extinção, pagamento, pagamento indevido, demais modalidades de extinção.

Exclusão de Crédito Tributário: disposições gerais, isenção, anistia. Garantias e Privilégios do Crédito Tributário: disposições gerais, preferências.

Administração Tributária: Fiscalização, Dívida Ativa, Protesto de Certidões de Dívida Ativa. Certidões Negativas. Disposições Finais e Transitórias.

Lei Complementar Federal nº 87/96, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências (Lei Kandir).

Lei Complementar Federal nº 24/75, que dispõe sobre os convênios para a concessão de isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, e dá outras providências.

Lei Complementar Federal nº 105/2001, que dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências.

Lei Complementar Federal nº 116/2003, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências.

Lei Complementar Federal nº 160/2017, que dispõe convênio que permite aos Estados e ao Distrito Federal deliberar sobre a remissão dos créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais instituídos em desacordo com o disposto na alínea g do inciso XII do parágrafo segundo do artigo 155 da Constituição Federal e a reinstituição das respectivas isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais; e altera a Lei nº 12.973/2014.

Lei Complementar nº 123/2006, que institui o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional.

## **LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Constituição Federal: Do Sistema Tributário Nacional;

Das Limitações ao Poder de Tributar;

Dos Impostos da União;

Dos Impostos dos Estados e do Distrito Federal;

Dos Impostos dos Municípios;

Da Repartição das Receitas Tributárias.

Código Tributário Nacional: Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.

Lei Complementar federal nº 24/75: convênios para a concessão de isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, e dá outras providências.

Lei Complementar federal nº 87/96, de 13 de setembro de 1996.

Lei Complementar nº 105/01: sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências.

Lei Complementar federal nº 116/03: Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências.

Lei Complementar federal nº 123/06: Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte - SIMPLES NACIONAL.

Lei Complementar federal nº 160/17: Dispõe sobre convênio que permite aos Estados e ao Distrito Federal deliberar sobre a remissão dos créditos tributários, constituídos ou

não, decorrentes das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais instituídos em desacordo com o disposto na alínea “g” do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal e a reinstauração das respectivas isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais.

Lei estadual nº 15.730, de 17 de março de 2016, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, agrupando em um único texto normativo as normas previstas em lei sobre a matéria.

Decreto estadual nº 44.650, de 30 de junho de 2017, que regulamenta a Lei nº 15.730, de 17 de março de 2016, que dispõe sobre o ICMS.

Lei estadual nº 11.408, de 20 de dezembro de 1996, e alterações, que estabelece norma referente ao ICMS com base a Lei Complementar estadual 87/96.

Lei estadual nº 10.654, de 27 de novembro de 1991 e alterações, que dispõe sobre Processo Administrativo Tributário – PAT.

Lei estadual nº 11.514, de 29 de dezembro de 1997 e alterações, que dispõe sobre infrações, penalidades e procedimentos específicos, na área tributária, e dá outras providências.

Lei estadual nº 13.974, de 16 de dezembro de 2009 e alterações, que dispõe sobre Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ICD.

Decreto estadual nº 35.985, de 13 de dezembro de 2010, que regulamenta a Lei nº 13.974, de 16 de dezembro de 2009.

Lei estadual nº 10.849, de 28 de dezembro de 1992, e alterações, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA.

Lei estadual nº 15.683, de 16 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a organização e o funcionamento do Contencioso Administrativo-Tributário do Estado, disciplina os órgãos e cargos que o integram.

Lei estadual nº 7.550, de 20 de dezembro de 1977, que dispõe sobre a Taxa de Fiscalização e Utilização de Serviços Públicos do Estado de Pernambuco.

## AUDITORIA FISCAL

Resolução CFC NBC TSP Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público. Normas contábeis de auditoria de acordo com o Conselho Federal de Contabilidade- NBC TA 200 (R1) a NBC TA 810.

Amostragem. Testes de Observância.

Testes substantivos. Testes para subavaliação e testes para superavaliação.

Evidências de Auditoria.

Procedimentos de Auditoria. Identificação de Fraudes na Escrita Contábil.

Demonstrações Contábeis Sujeitas a Auditoria.

Auditoria no Ativo Circulante: Recomposição contábil do fluxo de Caixa da empresa.

Identificação de saldo credor na Conta Caixa por falta de emissão de documentos fiscais.

Suprimento das disponibilidades sem que haja comprovação quanto à efetiva entrega dos recursos financeiros: aumento do capital social, adiantamentos de clientes, empréstimos de sócios ou de terceiros, operações, prestações ou recebimentos sem origem, alienação de investimentos e bens do ativo imobilizado.

Aquisições de mercadorias, bens, serviços e outros ativos não contabilizados e sem comprovação da origem do numerário.

Baixa fictícia de títulos não recebidos.

Cotejamento de recebíveis com os registros contábeis de receitas.

Nota Fiscal Eletrônica – NF-e: Ajuste SINIEF 07/05. Identificação de Fraudes e Erros na Emissão de documentos Fiscais.

Auditoria na EFD - Escrita Fiscal Digital e Nota Fiscal Eletrônica - NFe.

Testes de Auditoria nos Registros da NFe e nos Registros de Entradas, Saídas, Inventário, Apuração do ICMS, da Produção e do Estoque e do documento Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente - CIAP, Bloco G da EFD e modelos "C" ou "D". Ajuste SINIEF 02/09.

Identificação das principais divergências fiscais, utilizando conhecimento em Sistemas Gerenciadores de Banco de Dados (SGBD) e nos layouts da EFD e da NFe: Crédito de ICMS sobre aquisições para uso e consumo, ativo imobilizado ou submetido a saídas isentas e não tributadas.

Crédito de ICMS em valor superior ao permitido pela legislação tributária.



Verificação da alíquota ou base de cálculo utilizada pelo contribuinte com aquelas previstas na legislação tributária.

Substituição Tributária.

Cotejamento do ICMS devido nas operações submetidas à substituição tributária e o declarado no documento fiscal.

Auditoria em operações de importação.

## **CONTABILIDADE PÚBLICA**

Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP: NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP 01 a 34.

Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 9ª edição: Anexo – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público;

Procedimentos Contábeis Orçamentários, Procedimentos Contábeis Patrimoniais, Procedimentos Contábeis Específicos,

Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público e Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. Lei nº 4.320/1964.

## **DIREITO FINANCEIRO**

Constituição Federal. Do Poder Legislativo: Das Atribuições do Congresso Nacional; Da Câmara dos Deputados; Do Senado Federal;

Da Fiscalização Financeira, Contábil e Orçamentária.

Da Tributação e do Orçamento: Dos Princípios Gerais;

Das Finanças Públicas.

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias: Artigos 60, 82 e 97. Lei de Finanças Públicas (Lei nº 4.320/64 e alterações).

Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000 e alterações).

Código de Administração Financeira do Estado de Pernambuco (Lei Estadual nº 7.741/78 e alterações).

Despesa Pública: conceito e classificação; Princípio da Legalidade; técnica de execução da despesa pública: empenho, liquidação de pagamento.

Disciplina constitucional e legal dos precatórios.

Orçamento: conceito e espécies; natureza jurídica; princípios orçamentários; fiscalização e controle externo e interno dos orçamentos. Emendas parlamentares.

Receita Pública: conceito; ingressos e receitas; classificação: receitas originárias e receitas derivadas; preço público e sua distinção com a taxa.

Vinculação. Desvinculação de Receitas dos Estados e Municípios – DREM.

Dívida Ativa de natureza tributária e não tributária.

Crédito Público: conceito; empréstimos públicos: classificação, fases, condições, garantias, amortização e conversão;

Dívida Pública: conceito, disciplina constitucional, classificação e extinção. Resolução nº 43/2001, do Senado Federal atualizada.

## CANAIS

Já nas redes sociais, você pode contar com o nosso apoio em canais atualizados diariamente, oferecem notícias completas e conteúdos direcionados sobre concursos de todo o Brasil. Fique ligado!



**BONS ESTUDOS!**